

---

# INTERVENÇÃO DO CAPELÃO EM OPERAÇÕES MILITARES: PROPOSTA DE ACONSELHAMENTO PASTORAL PARA AMENIZAR OS EFEITOS DA DISTÂNCIA FAMILIAR E DO ESTRESSE

Guilherme Estevam Emílio<sup>1</sup>

**Resumo.** O artigo estabelece uma proposta de intervenção pastoral para a atuação do capelão militar em operações ofensivas, defensivas, de cooperação e de coordenação entre agências, visando fornecer aos capelães uma abordagem de aconselhamento pastoral para amenizar o impacto da distância familiar e o estresse do militar no contexto das operações. Num primeiro momento, buscar-se-á compreender as operações ofensivas, defensivas, de cooperação e de coordenação entre agências sublinhando a função do capelão militar em cada uma delas. Na sequência, será explanado sobre os efeitos da distância familiar na vida do militar em operações e sobre o estresse das operações. Ademais, será destacada a importância do aconselhamento pastoral e de diversos tipos de ação pastoral cuja finalidade é nutrir espiritualmente os militares e elevar o moral da tropa. Por fim, o artigo trará uma proposta prática de assistência pastoral no contexto das operações militares. Espera-se que este trabalho contribua para que o capelão militar disponha de mais uma literatura que o ajudará no bom desempenho de sua função em operações militares.

**Palavras-chave:** Capelania. Aconselhamento pastoral. Estresse nas operações.

**Abstract.** The article establishes a proposal of pastoral intervention for the performance of the military chaplain in offensive, defensive, cooperation and coordination operations between agencies, aiming to provide chaplains with a pastoral counseling approach to alleviate the impact of family distance and the stress of the military on the context of

---

<sup>1</sup> Graduado em Teologia pela Universidade Metodista de São Paulo. Pós-graduado em Ciências Militares na Escola de Formação Complementar do Exército. Mestre e Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo. [emilio.guilherme@eb.mil.br](mailto:emilio.guilherme@eb.mil.br).

---

operations. For this, the Religious Assistance in Operations Campaign Manual will be used in order to understand the basic guidelines for the chaplain's performance in military operations, in addition to other works in the area of Pastoral Counseling. At first, it will seek to understand the offensive, defensive, cooperation and coordination operations between agencies, emphasizing the role of the military chaplain in each of them. Next, it will be explained about the effects of family distance on the life of the military in operations and about the stress of operations. In addition, the importance of pastoral counseling and various types of pastoral action will be highlighted, whose purpose is to spiritually nourish the military and raise the morale of the troop. Finally, the article will bring a practical proposal of pastoral assistance in the context of military operations. It is hoped that this work will help the military chaplain to have more literature that will help him in the good performance of his role in military operations.

**Keywords:** Military operations. Pastoral counseling. Stress in operations.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da atuação do capelão em operações militares. Operações essas que podem ser ofensivas, defensivas, de cooperação e de coordenação entre agências. O objetivo do artigo é entender como se dá a atuação dos capelães em cada tipo de operação e propor ações práticas de aconselhamento pastoral visando a auxiliar o militar e seus familiares no processo de distância familiar e em situações de estresse. Será preciso, de saída, partir do EB70-MC-10.240 – *O Manual de Campanha A Assistência Religiosa nas Operações* (BRASIL, 2018), que dispõe sobre o modo como os capelães militares devem agir nessas operações. Ademais, buscar-se-á subsídios em obras de Teologia Prática e artigos de psicologia no contexto militar que abordam a temática do aconselhamento pastoral, da distância familiar e do estresse em operações militares.

Segundo o *Manual de Campanha A Assistência Religiosa nas Operações* (BRASIL, 2018), o capelão militar possui duas funções básicas, a de ministro religioso e

---

a de assessor do comando. Como ministro religioso, o capelão presta assistência religiosa – educação religiosa, aconselhamento pastoral, celebração religiosa e demais expressões coletivas da fé – em todas as fases das operações, além de contribuir buscando aumentar a resiliência da tropa. Essa função encontra correspondência com a assistência religiosa e espiritual a ser prestada por capelães militares, prevista no art. 2º da Lei nº 6.923, de 29 de junho 1981 (dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas). Ademais, o art. 1º da Portaria nº 221, de 3 de maio de 2001 (aprova as Instruções para o funcionamento do Serviço de Assistência Religiosa do Exército – IG 10-50) expõe a diferença entre a assistência religiosa e a assistência espiritual: a assistência espiritual visa a elevar o moral individual dos integrantes do Exército e possibilitar um convívio fraternal e harmônico, desenvolvendo no militar a determinação, a coragem, o equilíbrio emocional e o espírito de Corpo; a assistência religiosa compreende as atividades religioso-pastorais desenvolvidas em benefício dos integrantes do Exército por meio das religiões representadas no SA-

REx. A despeito dessa diferença exposta pela portaria supracitada, o *Manual de Campanha A Assistência Religiosa nas Operações* não a sublinha, visto que, em alguns de seus parágrafos, a assistência religiosa se confunde com a assistência espiritual.

Como assessor do comando, na condição de membro do Estado-Maior, os capelães estão aptos a assessorar naquilo que diz respeito aos efeitos da religião sobre o moral da tropa, à natureza moral e ética das decisões de comando e, sobretudo, “à influência das religiões das populações estrangeiras para as operações” (BRASIL, 2018, p.2). Além disso, o capelão assessora o comando sobre “o impacto da religião dentro de sua unidade e quanto às especificidades do ambiente religioso dentro da área de operações que possam afetar o cumprimento da missão” (BRASIL, 2018, p.2-3).

Há, pois, três tarefas básicas que fundamentam a assistência religiosa no âmbito das operações: nutrir o espírito, assistir aos baixados e participar das honras fúnebres (BRASIL, 2018), tarefas essas que dizem respeito à função do

---

capelão enquanto ministro religioso. Ademais, enquanto assessor do comando, o capelão analisa o impacto da religião no âmbito interno (isto é, na tropa) e no âmbito externo (no ambiente civil). Convém salientar, ainda, que as funções e tarefas, designadas respectivamente pelo EB70-MC-10.240, são termos distintos e de natureza diversa, uma vez que correspondem ao perfil profissiográfico dos capelães nas operações militares, sendo as tarefas espécie para as quais as funções são gênero. Da mesma forma, as inúmeras atividades desempenhadas formam o espectro funcional das tarefas, sendo estas catalogadas no universo das funções básicas do capelão militar.

Sobre a função de nutrir a tropa, é necessário que o capelão tenha consigo meios para fornecer tais “nutrientes”, sem tocar, contudo, em pontos teológicos de desacordo entre os credos religiosos dos militares, uma vez que não é permitido ao capelão o desenvolvimento de ações proselitistas. Diante disso, deve-se perguntar: em que consiste a ação do capelão de nutrir a tropa em operações ofensivas, defensivas,

de cooperação e de coordenação entre agências? É possível estabelecer uma intervenção prática adequada a cada tipo de operação que possua lastro teórico consistente em alguma obra de teologia pastoral, consagrada e ecumênica, que estabeleça uma proposta de aconselhamento aos militares no contexto das operações? A obra *Aconselhamento pastoral: modelo centrado em libertação e crescimento* apresenta uma visão holística da fé e da religião e fornece elementos que poderão auxiliar o capelão a aconselhar militares de crenças religiosas distintas. Ademais, outros artigos específicos sobre o tema podem ser úteis para a construção de uma proposta de intervenção prática do capelão no contexto de operações militares.

No que diz respeito às operações defensivas, o *Manual de Campanha A Assistência Religiosa nas Operações* (BRASIL, 2018) expõe que a “reunião de grupos (...) para atividades religiosas envolve riscos indevidos”, pois pode comprometer a própria operação. Assim, “o capelão pode focar as atividades religiosas no atendimento individual até que o perigo seja eliminado” (BRASIL,

---

2018, p.16). Nesse exemplo, o aconselhamento pastoral individual seria a abordagem mais adequada para esse tipo de operação. Nas operações ofensivas, o planejamento e a coordenação de serviços de cultos, aconselhamento individual e visitação são essenciais para os militares.

Por sua vez, em se tratando de operações de Garantia da Lei e da Ordem, a assistência religiosa é importante na sua função de elevar o moral da tropa e no que diz respeito à aproximação de lideranças eclesíásticas civis que atuam na localidade, quando incumbido pelo Centro de Operações. Apesar disso, o aconselhamento pastoral permanecerá sendo uma ferramenta valiosa que poderá ser utilizada na abordagem individual ou em grupo de militares que estiverem participando da operação.

Por fim, operações de cooperação entre agências requer assistência religiosa em formaturas, a fim de levantar o moral da tropa, em visitas a militares que necessitam de assistência religiosa, e em aconselhamentos individuais aos militares.

Em suma, o aconselhamento pastoral pode ser utilizado em todos os tipos de operações e, portanto, é a abordagem mais promissora no âmbito das operações militares. Ademais, o aconselhamento pastoral poderá ser uma ferramenta valiosíssima usada pelo capelão para dar suporte ao militar em contexto de operação e/ou à sua família, visando a diminuir os fatores estressores e a estabelecer diálogos que auxiliarão o militar a lidar com questões domésticas e de grande estresse em meio às operações.

## 2 AS OPERAÇÕES MILITARES E A MISSÃO DO CAPELÃO

As constantes mudanças da sociedade contemporânea têm alterado gradativamente as suas relações de poder, provocando instabilidades e fazendo surgir novos conflitos regionais e locais que envolvem a inserção de novos atores no contexto dos conflitos. Outrora a análise do espectro dos conflitos dizia respeito à capacidade do emprego do poder bélico pelos Estados contendores; agora, porém, é preciso compreender as condicionantes psicossociais e a dinâmica

---

da comunicação dentro e fora do atrito (PARET, 2016).

As mudanças contemporâneas no âmbito dos conflitos também impõem dificuldades logísticas para as operações:

A indefinição das ameaças, a não linearidade do Espaço de Batalha e a execução de múltiplas ações, sucessivas ou simultâneas, exigem da Logística a capacidade de sustentar continuamente as forças, adequando os recursos logísticos aos múltiplos cenários atuais e futuros (BRASIL, 2018b, p.15).

Dentre os recursos logísticos que devem ser adaptados, encontram-se os recursos humanos. Vale considerar que a logística também diz respeito ao “conjunto de atividades relacionadas à execução de serviços voltados à sustentação do pessoal e de sua família, bem como ao gerenciamento do capital humano” (BRASIL, 2018b, p.65). Por sua vez, a assistência religiosa, no contexto das operações, ocorre precisamente no âmbito de uma das funções logísticas, a saber: a função de recursos humanos. E, nesse contexto, a assistência religiosa insere-se, em especial, na atividade de manutenção do moral e do bem-estar da tropa.

Sendo assim, as transformações contemporâneas também impõem desafios à assistência religiosa que é prestada à tropa.

A despeito disso, os conflitos marcados pelo emprego da violência permanecem. Permanece, com efeito, a necessidade de “uma força com novas capacidades operativas, dotada de material de alta tecnologia agregada, sustentada por uma doutrina em constante evolução e integrada por recursos humanos altamente treinados e motivados” (BRASIL, 2014, p.16). É necessário, ademais, o reconhecimento das culturas locais em que surgem os conflitos e, para isso, deve haver recursos humanos treinados para o reconhecimento das culturas locais em que surgem os conflitos.

No que diz respeito ao reconhecimento da cultura, o teólogo Paul Tillich, capelão do exército alemão na Primeira Guerra Mundial, em sua obra *Teologia da Cultura*, afirma que a cultura não pode ser compreendida sem que a religião seja considerada. Para o autor, “a religião, considerada como preocupação suprema, é a substância que dá sentido à cultu-

---

ra”; esta, por sua vez, é a “totalidade das formas que expressam as preocupações básicas da religião”. A religião é “a substância, o fundamento e a profundidade da vida espiritual dos seres humanos” que se expressa “nas criações básicas de todas as culturas, na linguagem, e permeia a vida e a sociedade” (TILLICH, 2009, p.45). Em outras palavras, para Tillich, há uma correlação entre religião e cultura, de modo que uma não é compreensível sem a outra. Em suma, a compreensão da cultura requer a compreensão da religião ou dos símbolos religiosos que são utilizados naquela sociedade.

Ora, se a cultura exerce influência nas operações de guerra de maneira que o sucesso destas depende do conhecimento daquela e, visto que a religião é um fator essencial para o conhecimento da cultura, então, a presença do capelão nas operações é fundamental, uma vez que uma das funções básicas do capelão é assessorar o comando no que diz respeito à religião e à cultura em que ocorre o conflito. A assistência religiosa “é a atividade de apoio ao pessoal que consiste na prestação de serviços religiosos ao indivíduo

e no assessoramento aos comandantes em todos os escalões”, especialmente “no que concerne aos assuntos relacionados à religião e seu impacto nas operações militares” (BRASIL, 2018, p.70). Não obstante, a figura do capelão extrapola o âmbito do assessoramento, pois consiste em nutrir espiritualmente a tropa, assistir os enfermos e conduzir honras fúnebres. Destarte, a grande responsabilidade do capelão de nutrir espiritualmente a tropa requer dele a capacidade de inculturação, isto é, a profunda imersão na cultura local e nas operações militares a fim de conhecer as demandas dos militares e trazer respostas às suas questões existenciais e religiosas suscitadas pelo conflito.

Em função do nosso objetivo de entender como o capelão nutre a tropa no contexto de cada operação, compete-nos, primeiramente, tratar das operações militares para, posteriormente, posicionar a ação do capelão de nutrir a tropa como resposta às demandas culturais e pessoais dos militares, em perfeito alinhamento com as diretrizes estabelecidas pelo Comando acerca do Estado Final Desejado (EFD) nas operações.

---

## 2.1 As Operações Militares

O *Manual de Fundamentos Operações* (2014b, p.2-1) define operações militares como “o conjunto de ações realizadas com forças e meios militares das FA, coordenadas em tempo, espaço e finalidade, de acordo com o estabelecido em uma Diretriz, Plano ou Ordem para o cumprimento de uma tarefa, missão ou atribuição”. Essas ações são realizadas no amplo espectro dos conflitos e perpassam desde a paz<sup>2</sup> estável e instável até o conflito armado/guerra, além de situações de crises, considerando-se os possíveis níveis de escalada da violência.

O estudo das operações militares requer a análise do ambiente operacional. Este, por sua vez, compreende três dimensões: física, humana e informacional. A dimensão humana, de maior importância para os objetivos desta pesquisa, “compreende os elementos relacionados às estruturas sociais, seus comportamentos e interesses, normalmente geradores de conflitos” (BRASIL, 2014, p.2-3). Com efeito, a análise do

<sup>2</sup> Paralelamente, a atividade de assistência religiosa, no âmbito da Logística Militar Terrestre, é também realizada desde os tempos de paz e envolve operações de amplo espectro (BRASIL, 2018).

Terreno Humano adquire “a mesma relevância que a análise do terreno físico”. Vale considerar que “terreno humano” diz respeito ao “agregado de características socioculturais existentes em um determinado ponto no tempo e no espaço geográfico” (BRASIL, 2014, p.2-3), enquanto o terreno físico tem relação com as dimensões georreferenciais do teatro de operações. Juntos, a análise correta do terreno físico e do terreno humano tende a contribuir para uma eficaz consciência situacional da realidade pluri e multi dimensional das operações.

Ora, visto que o terreno humano é fator fundamental para a análise do ambiente operacional, a incumbência de analisar as características socioculturais no ambiente operacional é também preponderante. Por conseguinte, como já foi exposto, uma das funções do capelão militar é assessorar o comandante no que diz respeito aos assuntos religiosos e culturais. Portanto, é de vital importância o assessoramento prestado pelo capelão ao comandante e, ademais, a assistência à tropa. Vejamos, pois, como se dá tal assistência no âmbito dos diversos tipos de operações.

---

## 2.2 A Capelania nas Operações Militares

No que diz respeito à infraestrutura das capelanias, o *Manual de Campanha A Assistência Religiosa nas Operações* (BRASIL, 2018) expõe que a seção de capelania é formada por, pelo menos, um capelão e um auxiliar de capelania. Para o exercício da função de ministro, deve-se ter materiais para a celebração (livros de culto e missa, vestes religiosas e equipamentos litúrgicos); recursos para a educação religiosa e apoio de transporte para a visitação aos baixados, aos presos e à tropa, nas mais diversas fases da operação.

Há quatro tipos de atividades básicas dos capelães em operações:

- a) Aconselhar o comandante e sua equipe sobre assuntos de religião, ética e questões morais, bem-estar espiritual e moral, além de orientar sobre o impacto das religiões na dinâmica religiosa e humanitária no âmbito das operações;
- b) Planejar os requisitos de ação, no âmbito da estratégia religiosa do comando, durante as diversas situações;
- c) Supervisionar a equipe designada e comunicar ao comando as prioridades religiosas, o que facilita a unidade de esforços e a consciência

situacional; d) Cuidar dos recursos e instalações disponíveis para que a assistência religiosa atenda satisfatoriamente às exigências e necessidades da Força, garantindo a execução de atividades religiosas especiais de cada segmento representativo da tropa, recebendo e organizando donativos, correspondências e artigos religiosos (BRASIL, 2018, p.26).

Sobre as responsabilidades do capelão, o *Manual de Campanha A Assistência Religiosa nas Operações* (BRASIL, 2018) pontua: a) assessorar o comandante em assuntos religiosos que afetem operações específicas e pontuais; b) gerenciar e prestar assistência religiosa ao pessoal isolado e recuperado; e prestar assistência religiosa aos presos, baixados ou aos familiares dos militares. Os capelães são, também, responsáveis por dirimir questões religiosas, morais, éticas e culturais relacionadas aos programas, às iniciativas cívico-sociais, aos exercícios e às operações.

Em virtude das missões específicas da assistência religiosa em operações, cabe aos capelães: a) supervisionar o bem-estar espiritual e religioso dos militares envolvidos nas operações em curso; b) treinar os auxiliares de capelania para situações emergenciais de crise; c)

---

atuar em assuntos mortuários de pequeno e médio porte, (...) quando uma profissão de fé específica determina exigências religiosas ou culturais na participação de honras fúnebres, sepultamentos e práticas de luto (...) salvaguardadas as suas objeções de consciência (BRASIL, 2018, p.27-28).

Há, também, no *Manual de Campanha A Assistência Religiosa nas Operações* (BRASIL, 2018), orientações sobre a atuação dos capelães em processo de sepultamento de vítimas em massa. Nessa circunstância, o capelão deve preparar um campo e consagrá-lo antes do sepultamento dos restos morais, fazer orações pelos familiares e convidar o maior número possível de voluntários para fazer orações antes e depois do sepultamento, além da cerimônia fúnebre propriamente dita. Uma importante recomendação é que, em casos de incidentes químicos, biológicos, radiológicos ou nucleares, o capelão não pode estar em zona de descontaminação, mas deve estar presente na zona de segurança para oferecer conforto aos que estiverem ali presentes.

O *Manual de Campanha A Assistência Religiosa nas Operações* (BRASIL, 2018) expõe que

o capelão não pode atuar como integrante da inteligência militar nas operações; participar de operações no status de combatente; promover assistência religiosa e espiritual fora do contexto das operações; assumir a liderança em negociações formais para objetivos protocolares do comando que não tenham correlação com a assistência religiosa; identificar alvos para operações de combate; praticar proselitismo religioso; manter diálogo ou acertar acordos com religiosos locais, líderes de comunidades, ONG, sem a autorização ou orientação emanada de seu superior imediato.

Nas operações ofensivas, o planejamento e a coordenação de serviços de cultos, aconselhamento individual e visitação são essenciais para os militares.

Nas operações defensivas, a capelania tem maior tempo para sincronizar seu Plano de Assistência Religiosa e aplicar o máximo de recurso em áreas críticas. E, ao planejar a assistência religiosa em operações defensivas, o capelão e o auxiliar de capelania devem considerar: a) o grau de envolvimento com forças inimigas; b) o

---

nível de exposição e risco para soldados e equipamentos; c) as prioridades para a assistência religiosa e as ações de contra-ataque. Em virtude do risco de exposição e de outros riscos, é sugerido que o capelão enfoque atividades religiosas no atendimento individual até que o perigo seja eliminado ou reduzido a um nível seguro (BRASIL, 2018).

Segundo o *Manual de Campanha Logística Militar Terrestre* (2018b), a maior estabilidade das ações na defensiva disponibiliza mais tempo para a organização do apoio logístico<sup>3</sup> e maior permanência das instalações e dos órgãos logísticos em uma mesma posição, permitindo, conseqüentemente, mais tempo para a atuação da assistência religiosa.

No que diz respeito às operações de cooperação, há no *Manual de Campanha A Assistência Religiosa nas Operações* apenas uma breve menção dessas operações na letra “d” do Anexo A (Modelo de Plano de Assistência Religiosa) expondo que o “suporte às operações de cooperação e coordenação com agências” (BRASIL, 2018,

p.46) é apenas um elemento entre outros que a assistência religiosa deve considerar em seu Plano no que se refere às forças amigas. Em outras palavras, não há qualquer aporte para a assistência religiosa no âmbito desse tipo de operação exposto no *Manual de Campanha A Assistência Religiosa nas Operações*. É necessário, portanto, que outros estudos indiquem de que maneira a assistência religiosa atua nesse tipo de operação. Um breve artigo intitulado *O capelão Militar nas operações de Garantia da Lei e da Ordem*, do major capelão Carvalho Lima (2021), aborda esse tema enfocando a atuação do capelão nas missões de pacificação de localidades do Rio de Janeiro afetadas pelo crime organizado.

No texto supracitado, o autor explora a importância da função do capelão de assessorar o comandante, prevista no Regulamento Interno dos Serviços Gerais (RISG) do Exército e no *Manual de Campanha A Assistência Religiosa em Operações*, visando ao auxílio na tomada de decisões que envolvam assuntos civis e de lideranças religiosas locais. Em geral, o capelão realiza uma ponte de cooperação

---

3 Falaremos, nas próximas páginas, sobre a relação o papel da assistência religiosa na logística.

---

com lideranças religiosas locais, como padres, pastores e líderes de associação de moradores, enviando esforços para minimizar os impactos dos conflitos de ordem local nas comunidades ocupadas, objetivando, assim, a pacificação da localidade. Nas operações de pacificação do complexo do Alemão e da Penha, a equipe de capelães militares do Serviço de Assistência Religiosa do Comando Militar do Leste implementou um Comitê de Paz que visava a reunir lideranças locais em um café comunitário com o objetivo de cooperação e conscientização da população local no combate ao narcotráfico e ao consumo de drogas. Ademais, realizou-se cultos, missas, momentos de oração, bênçãos com patrulhas, estudos bíblicos e até casamentos coletivos (CARVALHO LIMA, 2021).

O autor também cita a atuação de capelães militares na Operação Acolhida, voltada ao auxílio, ao contato e à interação do destacamento de assuntos civis com lideranças eclesiais e filantrópicas de Boa Vista-RR.

Em geral, os documentos que tratam de operações de paz<sup>4</sup> ver-

<sup>4</sup> Vale ressaltar a diferença entre as diversas ope-

sam sobre o serviço religioso e a sua importância: “o serviço religioso deverá ser proporcionado ao contingente, rotineiramente, podendo ser acrescentado de assistência social, como forma de buscar soluções e equacionamento de problemas de ordem pessoal” (BRASIL, 2013, p.46).

Diversas ações da assistência religiosa estão implícitas nas operações como um todo, ex.: reuniões religiosas em momentos de repouso, de recreação ou em momentos destinados para tal; breves palavras em formaturas com vistas a elevar o moral da tropa; orações e bênçãos a patrulhas e pelotões destacados para alguma missão; visitas e assistência a militares e familiares que estejam baixados ou enlutados; assessoria do capelão a respeito de disputas religiosas recorrentes e da cultura de determinado local. Sobre essa última, o *Manual de Campanha Operações de Manutenção da paz* (2013, p.29) expõe que “as missões de paz são, normalmente, estabelecidas em áreas caracterizadas por disputas políticas, territoriais, religiosas e/ou

rações para o gerenciamento da paz. Tem-se: diplomacia preventiva, estabelecimento de paz (*peace-making*), manutenção da paz (*peace-keeping*) e consolidação da paz (*peace-building*).

---

étnica”. Ademais, os “*peace-keepers*” têm de enfrentar o desafio de lidar com culturas, tradições e culturas não familiares, o que aumenta “o potencial para a eclosão de desentendimentos”. Para evitar tais desentendimentos, deve-se ter sensibilidade cultural: “antes do desdobramento numa missão de manutenção da paz, todo o pessoal deve se familiarizar com a história, costumes, tradições e práticas religiosas do país anfitrião e áreas vizinhas” (BRASIL, 2013, p.30). Como já foi sublinhado neste artigo, diante da necessidade de conhecimento cultural, é fundamental o apoio do capelão no sentido de assessorar sobre a cultura e religião locais.

Além do que já foi dito sobre a função do capelão, deve-se ter em mente a função do capelão no âmbito da logística militar terrestre, uma vez que é justamente ali que se insere o capelão no âmbito das operações.

### **2.2.1 A assistência religiosa na logística militar**

A função logística consiste na reunião, sob uma única designação, de um conjunto de ativida-

des logísticas afins, correlatas ou de mesma natureza. Divide-se em: suprimento, manutenção, transporte, engenharia, salvamento, saúde e recursos humanos. Esta última refere-se ao “conjunto de atividades relacionadas à execução de serviços voltados à sustentação do pessoal e de sua família, bem como ao gerenciamento do capital humano” (BRASIL, 2018b, p.65). A assistência religiosa insere-se no âmbito da logística das operações militares; em especial, na função logística de recursos humanos. “As atividades da Função Logística Recursos Humanos compreendem o levantamento das necessidades; procura e admissão; preparação; administração; e manutenção do moral e do bem-estar” (BRASIL, 2018b, p.66). Ora, uma das principais funções do capelão é a manutenção da moral e do bem-estar da tropa. Com efeito, a figura do capelão é essencial no âmbito dos recursos humanos.

O Serviço de Assistência Religiosa, no âmbito da Logística Militar, atua nas unidades, bases, hospitais e em outras instalações em que seja requerida sua intervenção (BRASIL, 2018b), inclusive em “áreas de repouso” que

---

recebem pessoal retirado de combate ou de serviços pesados para fim de descanso.

O *Manual de Campanha Logística Militar Terrestre* (2018b) também relata as três funções básicas do capelão: nutrir o espírito, assistir aos baixados e participar de honras fúnebres. Em que pese o uso da terminologia “função”, parece-nos claro que o manual se refere às tarefas básicas dos capelães nas operações. Essa observação é necessária porque o EB-70-MC-10.240 (BRASIL, 2018b) especifica as funções básicas dos capelães distinguindo-as das tarefas e atividades.

Em relação ao “nutrir o espírito”, cuja tarefa básica tem particular relevância nesse trabalho, o *Manual de Campanha A Assistência Religiosa nas Operações* (2018) elenca seis modos distintos: 1. minimizar o impacto emocional causado pela distância familiar; 2. amenizar os efeitos estressores da ação continuada nas operações; 3. despertar competências de natureza espiritual que contribuam como mecanismos de confrontação e superação de conflitos internos; 4. buscar manter um clima estável,

fomentando o espírito fraterno e a camaradagem; 5. contribuir para a dissipação de dicotomias ou dilemas éticos, diante da difícil e complexa decisão de matar; e 6. agregar dimensão espiritual à missão na medida em que promove o crescimento pessoal. Em razão das limitações deste artigo, o enfoque será nos dois primeiros modos de nutrir a tropa, que tratam do impacto da distância familiar e do estresse nas operações. Em seguida, serão elencadas iniciativas de intervenção prática do capelão no âmbito do aconselhamento pastoral.

### **3 OS EFEITOS DA DISTÂNCIA FAMILIAR E A IMPORTÂNCIA DO ACONSELHAMENTO PASTORAL**

Estudos que analisam a distância e o conflito trabalho-família apontam que a distância da família causa um impacto negativo na relação familiar (COOK; MITCHELL, 2013) devido à privação do acompanhamento das rotinas diárias dos filhos, a sobrecarga sobre o cônjuge que permanece no lar, o desenvolvimento de sentimentos afetivos como a saudade e a ausência em épocas festivas. A

---

despeito disso, os que se encontram afastados do ambiente familiar tendem a desenvolver uma motivação autônoma (RAPOSO, 2015), motivação esta que pode desdobrar melhores resultados profissionais (SALAZAR; SILVA; FANTINEL, 2015). A ênfase nessa motivação autônoma, portanto, pode ser um meio tanto para melhorar o rendimento profissional como para amenizar os efeitos da distância familiar para o militar em operações. Muito embora o rendimento profissional seja essencial, é importante, também, manter a relação familiar saudável. E, para isso, é fundamental que o militar e a sua família tomem conhecimento sobre os efeitos da distância e sobre o modo como isso pode servir para fortalecer os laços familiares, desde que eles estejam devidamente orientados para lidar com os problemas.

Kahn (1964 apud GREENHAUS; BEUTELL, 1985) foi um dos pioneiros na pesquisa sobre a relação entre o trabalho e a família, verificando que a existência de conflito entre eles poderia constituir-se como grande fonte de estresse. A fronteira entre as realidades profissional e familiar

pode traduzir-se em conflito para um indivíduo no desempenho do papel profissional e familiar (NETEMEYER et al, 1996). O conflito trabalho-família resulta da incompatibilidade de horários, provocando fadiga e irritabilidade no indivíduo, resultante da dificuldade de satisfazer as necessidades dos papéis familiar e profissional (EAGLE; MILES; ICENOGLE, 1997).

Segundo Paley e colaboradores (2013), o deslocamento militar impõe determinadas tarefas e desafios emocionais aos membros familiares, causando certo desequilíbrio na família, uma vez que os militares têm de preparar a partida e adaptar-se novamente à família em seu regresso, além de lidar com as dificuldades decorrentes do período de distância. Sheppard e colaboradores (2010) consideram que a distância familiar provoca alteração da homeostasia da família. Ademais, o sistema militar, de acordo com Bashman (2008), é também uma fonte de estresse para as famílias que nele estão inseridas e, em virtude de aspectos próprios da cultura militar, essas famílias podem depara-se com estressores adicio-

---

nais, uma vez que tanto o sistema familiar quanto o militar exigem compromisso, lealdade, tempo e energia.

A cultura militar é reconhecida por um conjunto de características que a tornam única (...) a sua estrutura rígida (...), a hierarquia militar, a elevada frequência dos descolamentos militares e a subsequente ausência do cônjuge (ou de uma figura parental), o valor das missões e a preparação para desastres (BÓIA, 2014, p.2).

Destarte, o tempo e a devoção implicados na caserna faz com que a unidade militar seja uma segunda família para os seus membros, com tradições e cultura peculiares, em que se compartilha atitudes, crenças e expectativas (HALL, 2008). Inclusive, os militares têm um sistema de regulação de trabalho distinto dos civis, pois, embora recebam adicional de disponibilidade, não recebem qualquer remuneração por hora extra, já que eles assumem o compromisso, mediante juramento, de dedicar-se inteiramente a serviço da Pátria. As implicações desse funcionamento, com constantes mudanças na rotina do militar, impactam na vida do cônjuge e da família.

Sob esses fatores estressores, o militar tem o duplo desafio de administrar seu trabalho e sua família, ciente de que o desequilíbrio trabalho-família pode lhe trazer muitos problemas. No dizer de Hall (2008), ainda que se tenha uma estrutura familiar sólida, torna-se muito difícil para os militares fazer parte de “duas” famílias quando eles estão totalmente focados no sucesso de uma missão. Karney e Crown (2011) afirmam que os benefícios dos militares (cobertura de saúde integral, indenização se ele for morto durante a missão e outros), para a maioria dos militares, acabam compensando os custos emocionais da distância e da situação de combate. Isso se dá, em especial, no caso de casais jovens e de casais com filhos. A despeito disso, essa não pode ser uma razão suficiente para que o militar esteja preparado para sacrificar a sua vida em prol da missão e, ao mesmo tempo, manter a estabilidade familiar. Sua renúncia pessoal no âmbito das operações requer não somente benefícios financeiros militares para a sua família, mas motivos que o façam crer e compreender que está tomando a decisão correta, além de auxílio pastoral para resolução

---

de conflitos pessoais e familiares. Daí a necessidade de uma abordagem religiosa e pastoral para amenizar esse problema da relação trabalho-família.

Outro importante dado a ser considerado é o do processo do distanciamento familiar. A situação de deslocamento familiar pode ser conceitualizada como um processo com distintas fases, que impõem tarefas e desafios emocionais às famílias militares. PinCUS, Christenson e Alder (2001) consideram cinco fases distintas do processo de deslocamento: pré-missão, missão, manutenção, pré-reencontro e pós-missão. Van Breda (1996), por sua vez, propõe um ciclo de sete fases: antecipação da perda (4 a 6 semanas antes do descolamento), desvinculação e retirada (últimos dias da partida), desorganização emocional (primeiras 6 semanas em missão); recuperação e estabilização (meio da missão); antecipação do regresso; renegociação do contrato marital (6 semanas após o regresso); reintegração e estabilização (6 a 12 semanas após a reunião).

A pré-missão inicia-se no momento em que o militar é no-

tificado de que irá participar de determinada missão e termina quando ele deixa a sua casa e família. O início dessa fase é marcado pela negação de que o ente querido irá para uma missão e pela antecipação da perda do membro da família. Tal perda corresponde à primeira fase proposta por Van Breda (1996). O aumento de treinos de preparação e das horas que os militares passam fora de casa, além do aumento das conversas sobre a missão que se aproxima e sobre a organização militar, prenuncia uma prolongada separação e faz com que o cônjuge do militar já sinta uma distância emocional e física, como se o militar já estivesse em missão. Em virtude disso, os cônjuges de militares podem experimentar choro, medo, raiva e ressentimento. Por sua vez, o militar tende a experimentar sentimentos de culpa pelo abandono da família (VAN BREDA, 1996).

Ao tratar da fase de desvinculação e retirada, Van Breda (1996) considera que o casal, próximo à partida para a operação, tenta pôr a conversa e os afazeres em dia, com a ajuda de uma lista de afazeres relacionados à gestão doméstica e financeira e à educação dos filhos.

---

A nível da díade conjugal, muitos são os que se esforçam para fomentar a intimidade, procurando investir no “melhor” dia de Natal, nas férias “perfeitas” ou no aniversário “mais” romântico. Porém, poderá emergir alguma ambivalência na relação sexual, sensação de afastamento um do outro, bem como receios quanto à infidelidade que muitas vezes não são partilhados (...) A nível familiar, elevados níveis de stress da mulher afetam o seu desempenho na realização das rotinas básicas e na satisfação das necessidades dos filhos, bem como comprometem a concentração no desempenho da sua profissão. Ainda assim, a situação familiar torna-se mais complicada quando os filhos reagem de forma negativa à ausência do pai militar. Nestes casos, as crianças podem apresentar problemas disciplinares e escolares e, nos casos mais extremos, manifestam birras, apatia, choro inconsolável e outros comportamentos regressivos, os quais têm impacto no cônjuge e no próprio militar (BÓIA, 2014, p.5).

Em relação à fase da missão ou de desorganização emocional, correspondente ao primeiro mês desde que o militar partiu, Van Breda (1996) considera que ela é marcada por um misto de emoções. Por um lado, há cônjuge que se sente desorientado e sobrecarregado com as tarefas e

responsabilidades da vida cotidiana sem a presença do outro; por outro, há aqueles que sentem certo alívio por não ter de esconder suas fraquezas e por mostrar que são fortes e corajosos. Nessa fase, muitas famílias podem experimentar algo desagradável e desorganizador, que compromete seu bem-estar físico e mental. Maridos e esposas podem se deparar com as exigências de manutenção da casa, assumindo o papel de pai ou mãe solteiro(a), vivendo uma tensão na relação conjugal em razão da ausência do cônjuge (HALL, 2008). Isso poderá ocasionar a deterioração da satisfação conjugal e até mesmo, em situações extremas, o divórcio do casal (MANSFIELD et al, 2010). Ademais, sintomas psicossomáticos como dores de cabeça, fadiga, insônia, perturbações alimentares, alterações menstruais, problemas de comportamento, solidão, tristeza, ansiedade, sentimento de abandono e outros podem ser partilhados pelos membros da família (HALL, 2008), podendo evoluir para depressão e extrema ansiedade. A despeito disso, embora o primeiro mês traga grandes desafios, a comunicação exercida por diversos meios (celular, internet e

---

redes sociais) é um bom impulso moral para a família, facilitando sua adaptação à situação de deslocamento (PINCUS et al, 2001). É importante considerar, também, que certos assuntos não devem ser discutidos pelo casal em razão de possíveis distorções de interpretações decorrentes da distância e do meio de comunicação.

Outra fase que se dá concomitantemente à fase da missão é a da manutenção, que vai desde o primeiro até o penúltimo mês da missão. Normalmente, nessa fase, as famílias adaptam-se à ausência do militar e estabelecem novas rotinas e novas fontes de apoio, tornando-se autossuficientes, crescendo e ganhando confiança e controle dos seus novos papéis (VAN BREDA, 1996). Segundo Van Breda (1996), nessa fase (coincidente com a de recuperação e estabilização), os cônjuges de militares reorganizam e reestruturam a vida como solteiros, revelando grande resiliência e esperança resultante das dificuldades vivenciadas.

A comunicação, durante essa fase, também desempenha importante papel para ajudar em

momentos difíceis. O casal, geralmente, evita assuntos estressantes para a relação conjugal e promove o desenvolvimento de uma relação forte e profunda (HALL, 2008). Um estudo realizado com 105 esposas de militares sugere que essas mulheres sentem-se mais apoiadas e aliviadas quando partilham questões estressantes da sua vida com o cônjuge militar e percebem a relação conjugal de maneira mais positiva (JOSEPH; AFIFI, 2010). No entanto, segundo Pincus e colaboradores (2001), a comunicação em grande quantidade pode ter um efeito negativo, pois, embora as esposas gostem de falar com seus cônjuges, elas precisam de tempo para focar nas tarefas diárias relacionadas com a casa e com a educação dos filhos.

A fase do pré-encontro diz respeito ao mês antecedente ao regresso do militar a sua casa. Ela pode ser marcada por um conflito de emoções, uma vez que, ao mesmo tempo em que o cônjuge se sente entusiasmado com a vinda do militar para casa, há também certa apreensão, tensão, nervosismo e determinados receios (PINCUS et al, 2001; VAN BREDA, 1996). Segundo Van Breda (1996),

---

na fase chamada de antecipação do regresso, os cônjuges de militares podem experimentar confusão, irritabilidade e mudanças de apetite em virtude da renegociação dos papéis familiares e do receio de que isso aumente o conflito entre o casal. Por vezes, o cônjuge não sabe como abordar o assunto com o outro por medo de o sobrecarregar com as tarefas. Além disso, o cônjuge vive uma explosão de energia, procurando completar rapidamente a lista dos afazeres antes da chegada do militar, investindo na sua imagem corporal para agradá-lo e desenvolvendo elevadas expectativas relacionadas ao futuro (PINCUS et al, 2001).

A fase pós-missão se inicia com a chegada do militar em casa e, tal como a pré-missão, a sua duração depende de cada família, durando em torno de três a seis meses após o regresso (PINCUS et al, 2001). Com o retorno do militar à casa, em geral, o funcionamento do sistema familiar não volta exatamente ao estado em que estava antes do deslocamento do militar. Na reunificação da família com o militar, o casal e filhos sentem grande entusiasmo, mas, com o passar do tempo, o ca-

sal se depara com os desafios de reintegração do militar, redefinição dos papéis familiares, gestão das fortes emoções, passagem da constrição emocional para a relação de intimidade e a criação de um significado partilhado (VAN BREDA, 1996).

Quando o militar regressa, inicia-se o período de “lua de mel” em que o casal se reúne fisicamente, seguido por um declínio da satisfação conjugal depois do aumento desse período, geralmente entre o quarto e o nono mês da chegada do cônjuge. Ademais, no momento inicial, embora o cônjuge sinta entusiasmo com a presença do militar, em alguns casos, eles também podem sentir certa estranheza no contato com ele, pois o desejo de intimidade sexual pode demorar até o reestabelecimento da intimidade emocional.

O sentido de independência que o cônjuge desenvolve durante a missão pode gerar conflito no casal imediatamente após o regresso do militar nos casos em que o cônjuge revela dificuldade em partilhar o poder da tomada de decisão e manifesta irritabilidade para com o parceiro, assim como

---

o desejo de ter o seu próprio espaço (PINCUS et al, 2001). No dizer de Van Breda (1996), essa é a fase de Renegociação do Contrato Conjugal, em que o sentido da independência do cônjuge do militar é perdido com a renegociação dos papéis conjugais. Essa passagem da independência para a interdependência é mais desafiante aos novos casais. Van Breda (1996), na fase chamada de Reintegração e Estabilização, considera que o casal tende a adaptar-se às novas rotinas e papéis familiares. O autor verifica, nessa fase, maior proximidade do casal.

Diante dessas fases que o militar e sua família enfrentam em contexto de operação, de que maneira o aconselhamento pastoral poderia ser útil? Falar-se-á, pois, do modo como o aconselhamento pastoral pode ser útil em situação geral de crises familiares e, por conseguinte, como resposta às fases do processo de distância.

Em relação à situação de distância vivida pelo militar, é preciso partir de um tipo de aconselhamento pastoral que tem como escopo as famílias em crises.

O objetivo do aconselhamento com famílias em crise é ajudar a família a melhorar a comunicação entre os membros e superar bloqueios, conscientizar-se da situação geral da família (as relações) e do problema atual que a levou à crise e procurar a mudança nas relações atuais com a perspectiva de uma convivência mais sadia (SCHNEIDER-HARPPRECHT; STRECK, 1999, p.194).

Trata-se, portanto, de uma intervenção de curto prazo cujo enfoque é o conflito atual (SCHNEIDER-HARPPRECHT; STRECK, 1999). Ela pode ser acompanhada por um trabalho de enriquecimento matrimonial ou pode motivar para um processo de terapia familiar, mas, como abordagem inicial ao problema, o aconselhamento pastoral é bastante útil. Schneider-Harpprecht e Streck (1999) propõem cinco passos para o aconselhamento pastoral com família em crise: 1) estabelecer uma relação positiva; 2) perceber a situação de conflito e a comunicação no sistema e nos subsistemas; 3) fechar um contrato com a família; 4) formar uma hipótese sobre a situação; 5) planejar e realizar uma intervenção. Vejamos cada um desses passos.

---

No que diz respeito ao primeiro, os autores propõem que o aconselhador precisa esclarecer expressamente por que está lidando com o conflito da família, qual é o seu papel e o que ele quer. Ele deve mostrar, de modo cortês, que respeita a postura de todos os membros da família, ainda que eles não gostem de sua intervenção. Ademais, ele deve oferecer a sua cooperação no conflito antes de estabelecer um contrato, tendo clareza sobre as seguintes questões: Sou visitador da família e por acaso fico sabendo da crise? Se alguém procura a minha ajuda, quem é e qual é a tarefa que ele projeta sobre o aconselhador (aliado, resolver o problema, culpar uma pessoa, ajudar a acalmar o paciente, levá-lo ao hospital, asilo, desintoxicação...)? O que significa a minha intervenção para os outros membros da família? Como eles se relacionam comigo? O que a presença ou ausência deles tem a ver com o aconselhador e com o próprio conflito?

Em relação ao segundo passo, os autores dizem que, para perceber a situação de conflito e a comunicação, o aconselhador deve usar a técnica da entrevista circu-

lar, isto é, perguntas a um membro da família a respeito de opiniões, posturas e ideias de outro membro com vistas a possibilitar que cada membro coloque a sua versão dos fatos.

Deve-se observar os seguintes aspectos: quem é(são) o(s) paciente(s) identificado(s) (quem tem o problema)? De que tipo de problema se trata (alcoolismo, drogas, violência, brigas)? Quem é a figura de autoridade na família? Quais são as principais alianças? Onde existem limites entre os subsistemas (pai/mãe, pais/avós, pais/filhos) e onde faltam limites (ex.: pai no papel da criança)? Como é a comunicação nos subsistemas (ex.: pai e mãe estão afastados; a mãe vive em fusão com o filho mais velho; briga entre irmãos)? Que modo de interação prevalece: aliar ou excluir? Quais são os valores morais que dirigem a vida dessas pessoas (ex.: quero prazer; ou: cumprir deveres na família tem prioridade; viver a sexualidade é algo estimulado para os jovens)?

Em relação a fechar um contrato com a família, os autores expõem que isso deve ocorrer já no final do primeiro encontro. É

---

preciso combinar quantas vezes o aconselhador irá se reunir com a família para resolver a questão; qual será o objetivo dos encontros (verificar se há ainda condições de convivência entre o casal ou que solução a família pode achar para resolver a questão do avô doente, por ex.); onde e quando ocorrerão os encontros (SCHNEIDER-HARPPRECHT; STRECK, 1999).

No que diz respeito à formulação de uma hipótese sobre a situação, o aconselhador deve formular a si mesmo uma hipótese sobre a situação que responda às seguintes perguntas: Qual é o conflito? Quem está envolvido? Como a família mantém o conflito? Quais são os recursos para mudá-lo? As respostas a essas questões podem ser procuradas em cooperação com a família.

O quinto e último passo, planejar e realizar uma intervenção, parte da hipótese anterior. “A intervenção deve sempre motivar a família a procurar soluções e descobrir de maneira criativa novos recursos” (SCHNEIDER-HARPPRECHT; STRECK, 1999, p.196). Eis algumas possíveis

intervenções: facilitar a comunicação e fazer a família explorar a si mesma; abrir a comunicação entre membros que se bloqueiam; mostrar o “outro lado da moeda” (o que a família ganha mantendo aquele comportamento; que sentimento não deve surgir (sentimento de luto, por ex.); abrir espaço para a expressão de emoções e para um esclarecimento sincero das relações entre os membros da família; introduzir questões éticas na família; descobrir o “contrato clandestino” (sobre papéis e tarefas) na família e ajudar a renegociar o contrato; usar as possibilidades que a comunidade oferece (preparar uma festa; ajuda a alcoólicos ou dependentes); encaminhar as pessoas para outros serviços ou planejar com elas como seria possível, naquele momento, superar as dificuldades financeiras; ajudar os membros da família a decidir e comprometer-se com certas tarefas com as quais eles introduzem mudanças na família (ex.: alguém pode preparar o almoço no lugar do outro; os pais deixam de cumprir todos os desejos das crianças e combinam que elas têm de trabalhar para ganhar “extras”; o marido ou a esposa pode decidir o que o casal faz no tempo destinado ao lazer, etc).

---

Após esses passos é necessário avaliar o processo: avaliar a situação após cada encontro e ver como se sentiu, o que aconteceu na família, onde surgiram novos problemas; anotar as principais observações e os planos de mudança (do aconselhador e dos aconselhados).

O capelão militar que fizer uso do aconselhamento pastoral no contexto de distância do militar de sua família deve conhecer os fatores estressores da cultura militar (tempo, energia, lealdade, compromisso e tradições militares) e os processos do distanciamento familiar, a fim de melhor orientar o militar e a sua família no enfrentamento dessas tensões. Deve considerar, sobretudo, que o militar e o cônjuge terão pouco tempo para refletir sobre o processo em que estarão inseridos e, portanto, tenderão a resolver os problemas da maneira mais rápida e problemática, isto é: pela separação. É nesse momento que o elemento da fé e os aspectos bíblico-teológicos mostram grande valor, pois, para os capelães cristãos, a necessidade de perseverar com o cônjuge está ligada ao cumprimento de promessas bíblicas: “deixará

o homem pai e mãe e se unirá à sua mulher, e serão uma só carne” (Gn 2.24; Mc 10.7; Ef 5.31). Com efeito, a tendência é que os capelães incentivem o casal a superar suas adversidades e desenvolver resiliência muito mais do que um divórcio, ainda que este possa ser uma decisão do casal.

A atuação do psicólogo é essencial no processo de superação desses conflitos, sobretudo se isso ocorrer em cooperação com o capelão militar, de modo que este se volte a aspectos espirituais e religiosos, enquanto aquele esteja focado nos métodos psicológicos de análise do comportamento humano. Destarte, a abordagem holística no aconselhamento pastoral, que envolve aspectos psicológicos, físicos e espirituais do ser humano é preponderante no processo de superação e cura do indivíduo (CLINEBELL, 2007).

Como vimos anteriormente, na fase de pré-missão, um dos principais problemas a ser enfrentado pela família é a “antecipação da perda”. Nesse caso, a função do capelão seria aconselhar o militar e/ou a sua família em relação à provisoriedade da missão e à pos-

---

sibilidade de auxílio que um poderá depender do outro, mesmo estando distantes. Antes de tudo, é preciso que o capelão estabeleça uma relação positiva com a família ou com o militar; perceba a situação de conflito do militar e verifique como está a comunicação no sistema e nos subsistemas; faça um acordo com a família ou com o militar; forme uma hipótese sobre a situação e estabeleça um planejamento de intervenção.

O capelão deve ajudar o militar a diminuir a distância emocional e física, de modo que nem o militar se sinta culpado por ter deixado a família nem a família tenha tamanho impacto com a “antecipação da perda” de um membro familiar. Com efeito, algumas medidas devem ser feitas para diminuir essa ansiedade por parte de ambos, dentre elas: conversar e planejar os afazeres relacionados à gestão doméstica, financeira e à educação do(s) filho(s), se for o caso.

Em atitude de respeito e imparcialidade, o capelão, quando fizer o aconselhamento pastoral do casal ou da família, deve refletir sobre a seguinte questão: “O

que significa a minha intervenção para o militar em operação e para os demais membros de sua família?”. Além disso, é importante que o aconselhador não faça nenhuma intervenção sem o pedido ou o consenso de algum membro da família: “Vocês entendem que o aconselhamento pode ajudá-los nessa fase difícil? De que maneira o capelão poderia ajudá-los?”. Essas questões levariam o capelão a ter consciência sobre o que o militar ou alguém de sua família que o procurou espera do aconselhamento. Se a intervenção do capelão não for bem vista pelos demais membros da família, o capelão deve agir de modo empático, imparcial e gentil com o fim de ganhar a confiança e o respeito de todos os que estão envolvidos no processo de aconselhamento, pois a não-aceitação da sua intervenção por parte de algum membro da família (cônjuge ou filhos) pode atrapalhar o processo, especialmente por se tratar de assuntos íntimos como: planejamento familiar, papéis, educação de filhos, matrimônio, planejamento financeiro, valores pessoais, etc.

Como vimos, é importante que o capelão faça a “entrevista

---

curricular”, isto é, procure saber, através de diálogo e de simples questões, a percepção que os demais membros da família possuem daquele problema e dos papéis familiares. Algumas questões sugestivas seriam: “quais são as maiores dificuldades que vocês sentem nesse período pré-missão? Como está o planejamento financeiro de vocês para quando o militar sair em operação? Vocês já construíram um plano para isso? Quais serão as tarefas de vocês nesse período distante? Como vocês poderão se ajudar nessas tarefas ainda que distantes? Como vocês pretendem vivenciar cada uma das fases que o casamento vive enquanto um cônjuge está em missão? Como vocês farão para se comunicar?”.

Isso deve ser feito sem exageros, isto é, trazendo aos cônjuges a consciência de que nem todos os problemas relacionados à gestão doméstica e financeira serão resolvidos antecipadamente, em virtude da escassez de tempo de ambos, embora alguns possam e devam ser resolvidos. O processo de preparo para a missão compreende muitos outros elementos além do planejamento doméstico

e financeiro da família e, por isso, pode ser que algumas coisas ainda fiquem por resolver. Nesse caso, o militar e a sua família têm de ter consciência de que poderão ser capacitados a resolver esses problemas com o tempo, ainda que distantes um do outro, e que o amor de ambos e o motivo da missão serão mais do que suficientes para que eles enfrentem esses primeiros desafios.

É preciso, pois, que o capelão, quando possível e solicitado pelo militar, já inicie o processo de aconselhamento antes da operação, auxiliando o militar e a sua família. Esse apoio será fundamental para o enfrentamento dessas tensões e para que os que estão sendo assistidos desenvolvam a capacidade de expor e superar suas adversidades.

O capelão deverá orientar os cônjuges sobre as fases que eles enfrentarão e as dificuldades relativas a cada uma delas, de maneira que eles consigam, de antemão, planejar o seu próprio enfrentamento desses problemas. Além disso, o capelão deve aconselhar os cônjuges a se aproximarem um do outro, compartilhar os seus

---

medos, planejar sua condição financeira ao longo da operação, realizar as tarefas antecedentes relativas ao âmbito doméstico sem ansiedade, evitar tensões, incentivar sobre a educação do(s) filho(s) e motivar o cônjuge quanto ao fortalecimento dos seus laços matrimoniais e aprimoramento de suas capacidades individuais. Por fim, o capelão deve abordar com o militar ou com os cônjuges o receio que ambos têm de infidelidade, exortando-os à fidelidade e admoestando-os ou motivando-os à confiança na aliança que fizeram com Deus e com o outro.

A fase de desvinculação e retirada, que é bem próxima à partida para a operação, é aquela que pode trazer grandes tensões se formal administrada. Nessa fase o casal se esforça para fomentar a intimidade e põe bastante expectativa em relação a algumas datas festivas em razão do sentimento que ambos têm da partida. O valor sentimental e afetivo de diversas atitudes e momentos passa a ser mais expressivo. Porém, pode ser que a ansiedade aumente e afete o desempenho de rotinas básicas, o relacionamento conjugal ou o próprio planejamento financeiro

e doméstico do casal. Por isso, é necessário que, nessa fase, o casal considere esses aspectos também em seu planejamento, de modo a não desprezar essa onda de sentimentos que estará presente em ambos e, ao mesmo tempo, não hipervalorizar as emoções. É preciso, portanto, minimizar a ansiedade e aproveitar bem os momentos antes da partida, de modo ordenado, equilibrado e planejado.

Além desses problemas, pode ainda haver dificuldades com os filhos quando se deparam com a notícia da saída do pai/da mãe ou quando reagem à ausência do pai/da mãe. Como vimos, as crianças podem apresentar problemas disciplinares e escolares, além de birras, apatia, choro e outros comportamentos regressivos. O capelão que estiver aconselhando o militar que está indo para uma operação deve tentar gerar no militar o desejo de estar próximo à família, ter momentos de alegria e comunhão, conversar com o(s) seu(s) filho(s) explicando que estará em operação e que, depois, irá voltar. E, quando o militar já estiver em operação, o aconselhamento deve ser no sentido de que o militar não deixe de se comunicar com sua

---

família, participando das suas dificuldades e superações.

Em situação de operação, o capelão pode abordar o militar com as seguintes questões: “Há algo que está te afligindo com relação à sua família? Você tem se comunicado com a esposa/o marido e filho(s)? Como tem sido esses diálogos? Seu cônjuge tem conseguido enfrentar as dificuldades do dia a dia sozinho? Você tem condições de ajudar seu cônjuge em alguma tarefa ou despesa? (ex.: pagar alguma conta, oferecer algum suporte, ajudar financeiramente)”. Se algum conflito estiver instaurado na família, o capelão deve ouvir o militar visando descobrir o que lhe aflige, quem está/estava envolvido na situação de conflito, como a família está lidando com a situação e quais são os recursos que eles possuem para sanar esse conflito. Em virtude de essa fase, a fase da missão, ser também uma fase de desorganização emocional, ela é uma das mais importantes e requer o aconselhamento do capelão. Caso a família sinta-se sobrecarregada de tarefas e responsabilidades, é importante que o aconselhamento seja no sentido de incentivar o militar a não fomen-

tar ainda mais o estresse; antes, dar ouvidos ao seu cônjuge e tentar, de alguma forma, minimizar essa sobrecarga. Um bom método é ouvir pacientemente tudo o que o cônjuge tem a dizer, dando-lhe respostas animadoras e de incentivo para que ele consiga enfrentar suas adversidades. Por outro lado, como vimos, há cônjuges que se sentem aliviados por perceberem sua própria capacidade. Nesse caso, o capelão deve aconselhar o militar em operação a não se sentir rejeitado ou desprezado pelo fato de o cônjuge já conseguir lidar com os problemas da vida sem a sua presença; antes, incentivar que o cônjuge continue crescendo em sua autoconfiança.

A fase da manutenção, que se inicia já no primeiro mês da missão, é essencial para que as famílias se adaptem à nova rotina. Ainda que os cônjuges estejam vivendo como solteiros, eles devem ser aconselhados a preservar seu crescimento e individualidade sem se esquecer do seu relacionamento conjugal. Eles devem desenvolver resiliência diante das dificuldades enfrentadas e superadas sem deixar de compreender e apoiar o outro, que também se encontra em

---

situação semelhante. O capelão deve incentivar que o militar não deixe de se comunicar com seu cônjuge e filho(s), especialmente nos momentos mais difíceis, sem esconder nada do outro. O casal apenas deve evitar assuntos estressantes para a relação conjugal; todavia, não deve evitar expressar suas emoções, insatisfações, problemas, dificuldades, lutas e dores. É nessa fase que os cônjuges mais amadurecem emocionalmente, pois, além da adaptação à nova rotina, eles ainda precisam de bastante resiliência para enfrentar suas dificuldades. Com efeito, certamente eles precisarão do apoio emocional de sua família para superar problemas em casa, no trabalho e/ou dificuldades financeiras. Como vimos acima, há comprovações científicas de que as esposas de militares se sentem mais apoiadas e aliviadas quando partilham questões estressantes da sua vida com o cônjuge militar. Por isso, é importante aconselhar o militar a não censurar o seu cônjuge em seus desabafos, confissões e exteriorização de seus sentimentos, especialmente nessa fase, a fim de que o cônjuge adquira resiliência e força diante da situação.

#### **4 OS EFEITOS DA DISTÂNCIA FAMILIAR E A IMPORTÂNCIA DO ACONSELHAMENTO PASTORAL**

Falar sobre estresse no âmbito de operações militares desdobra, automaticamente, o tema da síndrome do estresse pós-traumático. O artigo *Diagnóstico do transtorno de estresse pós-traumático* (2003), de Ivan Figueira e Mauro Mendlowicz, mostra que são duas as características centrais do TEPT, a saber: o evento traumático, isto é, a exposição a um evento que envolva a ocorrência ou a ameaça consistente de morte ou ferimentos graves para si ou para outros, associada a uma resposta de grande pavor, desamparo, ou horror; e a tríade psicopatológica, que consiste na resposta a esse evento traumático em três dimensões de sintomas: “o re-experimentar do evento traumático, a evitação de estímulos a ele associados e a presença persistente de sintomas de hiperestimulação autonômica” (FIGUEIRA; MENDLOWICZ, 2003, p.13). No dizer dos autores, sem a ocorrência de um evento traumático não há a possibilidade de se diagnosticar o indivíduo com TEPT.

---

O primeiro grupo de sintomas do TEPT é o relacionado às revivências do trauma. Esses sintomas de reexperimentação do trauma são específicos do TEPT, não sendo observados em outros transtornos psiquiátricos. As revivências podem se apresentar sob diversas formas: sonhos vívidos, pesadelos, pensamentos ou sentimentos incontroláveis, flashbacks. O paciente queixa-se de pensamentos, imagens, sentimentos e comportamentos recorrentes relacionados ao evento traumático. Estes fenômenos são dolorosos e tentam repetidamente tornar-se conscientes e dominar a atenção da pessoa. Tais recordações são intrusivas, pois surgem na mente e tendem a permanecer nela, ainda que o paciente tente lutar contra este pensamento (FIGUEIRA; MENDLOWICZ, 2003, p.14).

Além da revivência do trauma, os autores também chamam a atenção para outros dois grupos de sintomas: esquiva e entorpecimento emocional e hiperestimulação autonômica. No que concerne à esquiva e ao entorpecimento emocional, eles dizem que a esquiva consiste na tentativa desesperada de evitar contato com tudo o que lembre o trauma, exemplo: evitar falar, pensar ou ir a locais associados ao trauma. E, para fugir das lembranças

intrusivas, o paciente pode se drogar (para anestesiá-lo o sofrimento psíquico) ou utilizar mecanismos dissociativos com o fim de manter fora da consciência os pensamentos e sentimentos penosos. Por seu modo, o entorpecimento psíquico também consiste em outro tipo de manifestação dos mecanismos psicológicos por meio dos quais os pacientes com TEPT se “anestésiam” para “escapar do terror, do pânico e do sofrimento intoleráveis acarretados pelos sintomas de revivência do trauma” (FIGUEIRA; MENDLOWICZ, 2003, p.15). Todavia, esse entorpecimento anestésico não somente as memórias dolorosas, mas também as emoções positivas, de modo que o paciente se torna indiferente a diversas coisas que antes lhe eram prazerosas, como: falar com amigos, brincar com filhos, fazer viagens, etc.

No caso de operações militares, é eminente e grande a possibilidade da exposição do militar a eventos traumáticos<sup>5</sup> e, por conse-

---

<sup>5</sup> No DSM-III, o ‘evento traumático’ era visto como um acontecimento catastrófico, raro e externo que diferia qualitativamente ‘das experiências comuns como o luto, doença crônica, perdas comerciais ou conflitos matrimoniais’. Os eventos catastróficos definidos pelo DSM-III incluíam tortura, estupro, agressão física, combate militar, aprisionamento em campo de extermínio, desastres naturais ou

---

guinte, ao estresse pós-traumático, especialmente se a operação for ofensiva ou defensiva. Em geral, o estresse de combate<sup>6</sup> pode ser caracterizado em seis categorias distintas: física, cognitiva, comportamental, emocional, conduta inadequada e adaptação. Para afirmar que um militar está sofrendo dessa doença, é preciso considerar uma série de sintomas, não apenas sintomas esparsos ou específicos. No dizer de Kennedy e Zillmer (2009), é preciso avaliar a duração, a intensidade e a frequência dos sintomas, mais especificamente, se determinado comportamento lhe é comum, se há melhora nesse comportamento quando o indivíduo militar possui tempo adequado de repouso, se suas reações são diferentes ao saber que o comandante se preocupa com a sua saúde, se seu trabalho ainda se mantém produtivo e outros fatores.

Ademais, os problemas de saúde mental do militar podem complicar o processo de reinte-

---

industriais, acidentes de carro ou exposição à violência de guerra, violência civil e violência doméstica (FIGUEIRA; MENDLOWICZ, 2003, p.13).

6 O conceito de estresse do combate não se refere diretamente ao estresse pós-traumático, pois trata-se do estresse a que o militar é submetido durante a operação.

gração familiar na fase pós-missão abordada no subtítulo anterior.

A experiência de combate e subsequentes danos psicológicos sofridos pelos militares (e.g., Perturbação de Stress Pós-Traumático – PSPT) são um fator de risco da satisfação conjugal, na medida em que podem prejudicar as suas relações de vinculação, conduzindo à falta de segurança e confiança na relação com o cônjuge (e também com outros familiares e amigos) (...) Casais cujo membro familiar tem PSPT experienciam mais conflito e violência na relação, bem como menos coesão e expressão das emoções (BÓIA, 2014, p.10).

De modo geral, no regresso da missão, os militares voltam com um conjunto de capacidades e forças que, apesar de os ajudarem na zona de combate, podem não ser adequadas na interação com os outros e o mundo em geral, pois refletem a ausência da noção de segurança e confiança por parte do militar (BASHAM, 2008).

Clinebell (2007, p. 178), ao tratar do aconselhamento pastoral em tempos de crise no contexto norte-americano, assim relata:

---

Um estudo de dimensão nacional feito com o objetivo de descobrir para onde os americanos se dirigem quando procuram ajuda revelou que 39% das pessoas que tinham procurado ajuda profissional num caso de crise pessoal ou familiar tinham se dirigido a pastores. Para obter ajuda em casos de crise relacionados com a morte de uma pessoa chegada, 54% tinham recorrido a pastores. Esse estudo confirma o papel estratégico dos pastores no sentido de facilitar cura e crescimento em crises.

Clinebell (2007) também afirma que a ajuda prestada pelo pastor a pessoas que sofrem crises e perdas tem quatro aspectos: o ministério geral de poimênica<sup>7</sup>, aconselhamento informal em casos de crise; aconselhamento formal de curto prazo e terapia de longo prazo para ajudar as pessoas a reparar as causas e consequências psicológicas de fortes crises.

O aconselhamento pastoral de curto prazo, em casos de crise, informal ou formal, é necessário para pessoas que poderiam mobilizar seus recursos de enfrentamento

---

7 Entende-se poimênica como “comunidade terapêutica”, comunidade ou igreja. “O ministério geral de poimênica é exercido fazendo-se presente, ouvindo, sendo caloroso e dando apoio prático. Agentes leigos de poimênica podem e devem partilhar com a pastora a responsabilidade por esse importante e exigente ministério” (CLINEBELL, 2007, p.179).

mais rapidamente e que poderiam manejar suas crises mais construtivamente se recebessem ajuda no sentido de examinar a realidade e de planejar formas eficazes de abordar a nova situação criada pela crise. Aconselhamento formal de longo prazo é necessário para as pessoas tão traumatizadas e imobilizadas por perdas esmagadoras ou crises múltiplas, que não estão em condições de mobilizar seus recursos de enfrentamento sem auxílio. Muitas vezes, é bom encaminhar as pessoas cujas vidas tenham sido tão despedaçadas a psicoterapeutas (CLINEBELL, 2007, p.180).

Nota-se, pois, que o aconselhamento pastoral de curto prazo conta com a própria capacidade do aconselhando no processo de superação do seu problema, ou seja, não diz respeito a traumas que impossibilitam determinada pessoa de agir. Nesse último caso, o autor sugere a presença do capelão e também do psicólogo.

Um dos aspectos destacados por Clinebell (2007) é que a posição e o papel do pastor (ou do capelão) lhe permitem tomar a iniciativa de ir ao encontro de muitas pessoas que não virão para aconselhamento formal. Para utilizar essa vantagem estratégica, o capelão precisa aprender a reconhecer

---

e a responder ao grande número de gritos de ajuda, frequentemente mudos, que ocorrem no curso normal de visitas, contatos pessoais e aconselhamentos informais. Para sintonizar a “antena” do capelão, há alguns típicos sinais de dificuldades: embaraço quando da visita do capelão; tentativas frenéticas de manter a conversação na superfície, evitando qualquer encontro profundo; depressão – incluindo sintomas como insônia, perda de interesse pelos prazeres habituais, sentimentos de inutilidade; antagonismo velado entre os cônjuges, confundido por comportamentos superficiais e “açucarados”; filhos com distúrbios emocionais que podem refletir a infelicidade conjugal oculta; mudança radical no comportamento habitual; comportamento irracional ou compulsivo; evitação do capelão por sentimentos de culpa; filiação a grupos extremistas de caráter político ou religioso. Quando esses sinais de dificuldades são identificados, o capelão não deve poupar esforços para estar emocionalmente acessível às pessoas e para oferecer ajuda, respeitando o direito das pessoas de recusar.

Clinebell (2007) também ex-

põe alguns objetivos do aconselhamento de curto prazo em casos de crise: a) proporcionar um relacionamento de apoio e empatia; ajudar a restabelecer o funcionamento das pessoas, reduzindo a pressão de sentimentos enclausurados e bloqueantes; ajudar as pessoas a lidar direta e responsavelmente com uma decisão específica ou um problema concreto; ajudar as pessoas a mobilizar e usar seus recursos latentes de enfrentamento; interromper reações de pânico e avalanches de manifestações regressivas, ajudando as pessoas a encarar e lidar com problemas imediatos; orientar e sugerir ideias e informações úteis; estimular a autoconfiança e a competência funcional do aconselhando; estabelecer um relacionamento aceitador e forte; verificar se os aconselhados estão com distúrbios profundos ou se necessitam de assistência médica.

Para cumprir esses objetivos é preciso: 1) escutar intensivamente e refletir sentimentos com solicitude; 2) usar perguntas com cuidado, a fim de concentrar-se rapidamente em áreas de conflito; 3) ajudar as pessoas a examinar o problema em sua totalidade;

---

4) fornecer informações úteis; 5) concentrar-se nos principais conflitos, problemas e decisões do aconselhando<sup>8</sup>, com o objetivo de clarificar as alternativas viáveis; 6) ajudar a pessoa a tomar uma decisão quanto ao próprio passo e a dá-lo; 7) quando necessário, dar orientação prática; 8) dar apoio emocional e inspiração à pessoa; 9) passar para um aconselhamento de longo prazo se o de curto for insuficiente.

O autor também fala sobre as “reações não-constructivas a crises”, que desdobram parafusos emocionais e aumentam a vulnerabilidade a futuros fracassos e problemas de personalidades. Clinebell (2007, p.197) pontua sete reações: “1) negar que existe um problema; 2) evasão do problema” (através de vícios, álcool, drogas etc); “3) recusar-se a procurar ou aceitar ajuda; 4) incapacidade de expressar ou manejar sentimentos negativos” (esse ponto adequa-se bem à realidade dos militares); “5) não conseguir explorar a natureza da crise e soluções alternativas; 6) projetar sobre outros a principal responsabilidade pela causa

e/ou cura da crise”<sup>9</sup>; 7) afastar-se de amigos, da família e de outras pessoas que, potencialmente, poderiam prestar ajuda. Diante dessas reações, o capelão pode tentar levar o aconselhando às seguintes atitudes: 1) encarar o problema; 2) ampliar a compreensão que se tem dele; 3) expressar e lidar com sentimentos negativos (ressentimentos, ansiedade e culpa); 4) aceitar a responsabilidade de enfrentar o problema; 5) explorar formas alternativas de lidar com ele; 6) separar o que pode do que não pode ser mudado na situação a fim de evitar o desperdício de esforço na tentativa de mudar o que não pode ser mudado; 7) renunciar a aspectos grandiosos e onerosos nas expectativas que tem em relação a si mesmo; 8) abrir canais de comunicação com pessoas prestimosas entre parentes, amigos e profissionais de ajuda; 9) tomar medidas, ainda que modestas, para manejar o problema construtivamente.

## 5 CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo entender como se dá a atuação dos capelães em operações militares e propor uma intervenção prática. A atitude de jogar a culpa no outro também pode ser um tipo de “atribuição de causalidade” (HEIDER, 1958).

---

<sup>8</sup> Evitar concentrar-se somente em histórias e vivências do próprio aconselhador.

---

tica para cada tipo de operação por meio de aconselhamento pastoral. No que diz respeito ao aconselhamento pastoral, buscou-se concentrar em dois problemas centrais que ocorrem nas operações e que necessitam de intervenção pastoral: os efeitos da distância da família sobre os militares em operação e o estresse próprio da operação. Depois de expor fundamentos teóricos sobre esses dois problemas, o artigo expôs a maneira como o capelão pode intervir nessas situações, fazendo uso de métodos consagrados na literatura de Teologia Prática e Pastoral. A obra *Aconselhamento Pastoral: modelo centrado em libertação e crescimento* trouxe importantes elementos para orientar o capelão tanto em situações de estresse decorrentes da distância familiar, como naqueles que são decorrentes da própria operação, uma vez que o autor, por meio de intervenções pastorais breves, visa amenizar o impacto do estresse sobre o aconselhando. Destarte, este artigo procurou adaptar a intervenção proposta por Clinebell à realidade do capelão em operações militares.

A proposta de Clinebell,

adaptada à atuação do capelão em operações, foi inspirada numa intervenção criada pelo psiquiatra Warren Jones, e estabelece um método para a intervenção pastoral em crises. Podemos resumir tal método em quatro passos: 1. estabelecer um relacionamento de confiança e de solicitude; 2. reduzir o problema; 3. desafiar o indivíduo a passar à ação construtiva em relação a alguma parte do problema; 4. desenvolver um plano de crescimento e ação contínuos.

No que diz respeito ao passo um, há seis atitudes que devem ser tomadas pelo capelão: a) escutar de forma não-julgadora e com solicitude o que a pessoa está sentindo e experimentando (“amor à escuta”)<sup>10</sup>, visando compreendê-la integralmente; b) fazer com que a pessoa perceba sua presença e interesse por meio de atenção, compreensão e respostas empáticas; c) pedir para que ela fale sobre a crise (quando começou, como desenvolveu, como ela se sente em relação à crise agora); d) dizer ao aconselhando que gostaria de ajudá-lo a superar o problema; fazer afirmações encorajadoras, mostrando que está consciente da força<sup>10</sup> que é necessária para car-

<sup>10</sup> Nesse momento, a fé exerce uma função im-

---

regar o fardo da crise e para pedir ajuda (elevar o moral individual do militar); e) encarar o militar como alguém que tem condições de enfrentar a crise e de aprender a crescer ao lidar construtivamente com ela, mostrando-lhe exemplos de superação e como o próprio aconselhador lida pessoalmente com ela.

Em relação ao passo dois, há oito atitudes que o capelão deve tomar no aconselhamento: a) à medida que a pessoa examina a crise, o capelão deve ajudá-la a identificar as peças que compõem o problema, “separando aquelas partes a respeito das quais ela pode fazer algo daquelas em relação às quais nada pode ser feito” (CLINEBELL, 2007, p.200); b) ajudar a pessoa a escolher uma parte do problema na qual trabalhará primeiro; c) encorajar o indivíduo a descrever esforços anteriores de solucionar essas partes do problema (não adianta repetir coisas que não funcionaram); d)

portante para o aconselhamento de teístas, pois, embora as forças humanas se acabem ou pareçam se acabar numa determinada situação, Deus pode ajudar. O texto bíblico presente no livro de Josué, capítulo 1, pode ser importante: “Esforça-te, e tem bom ânimo; não temas, nem te espantes; porque o Senhor teu Deus é contigo, por onde quer que andares” (Josué 1.9).

encorajar a pessoa a pensar em outras possíveis soluções (talvez o capelão sugira maneiras de abordar o problema para que a pessoa as considere); e) ajudar o aconselhando a examinar cada opção em termos das prováveis consequências (“o que acontecerá provavelmente se você...”); f) ajudar a pessoa a decidir quais alternativas ela quer experimentar agora; g) examinar todos os recursos de que a pessoa dispõe (seus trunfos, força interior, amigos, família, recursos espirituais) para enfrentar a crise; h) fazer afirmações sobre a capacidade da pessoa de lidar com a crise, valorizando expressamente o pequeno passo que ela dá no sentido de enfrentar o problema responsabilmente.

Há também atitudes para desafiar o militar, seus familiares ou civis que estão enfrentando o estresse a passar à ação construtiva em relação a alguma parte do problema: a) encorajar a pessoa a planejar como atacar aquela parte do problema em que ela decidiu se concentrar (plano realista, com metas pequenas e atingíveis); b) encorajar a pessoa a comprometer-se a executar o plano de ação, começando logo e seguindo um

---

cronograma realista e combinado; c) se a pessoa opõe resistência a passar à ação, ajudá-la a examinar e resolver tais resistências; d) assegurar ao indivíduo que o capelão estará à disposição como uma pessoa solícita e interessada enquanto ele se empenha em executar seus planos; e) apoiar a pessoa em crise com uma esperança realista utilizando, para isso, subsídios religiosos – a oração ou a prece, por exemplo, pode ajudar a fortalecer o senso de responsabilidade, de força e de apoio por parte de outras pessoas e de Deus –; f) não concordar em fazer qualquer coisa que a pessoa possa fazer por si mesma; g) salientar que quando começarmos a fazer alguma coisa, por menor que seja, para melhorar a situação, nossos sentimentos também melhorarão (autoestima, esperança, depressão); h) fazer com que a pessoa comunique, via telefone ou mídias sociais, entre as seções, sobre o andamento do plano de ação; i) encorajar o indivíduo a mobilizar ativamente os recursos (espirituais, interpessoais, interiores e práticos) de que dispõe para lidar com a crise; j) afirmar a pessoa através da expressão de apreço por diversas ações dela a fim de que ela consiga

manejar a crise responsabilmente; l) falar sobre as possibilidades de crescimento existentes no enfrentamento bem-sucedido, dando-lhe um novo horizonte de esperança; m) combinar um horário para encontrar-se com ela em breve.

Por fim, o último passo da intervenção consiste em desenvolver um plano de crescimento e ação contínuos. Nesse passo, pode-se pontuar oito atitudes: a) pedir à pessoa, no(s) próximo(s) encontro(s), para descrever o que aconteceu ao executar o plano de ação, afirmando os sucessos que ela obteve; b) ajudá-la a desenvolver posteriores planos de ação para enfrentar outras partes da crise (qual é o próximo passo?); c) dizer ao aconselhando que quanto mais ele enfrentar sua crise com eficácia, mais fácil<sup>11</sup> será o enfrentamento das próximas “porque nossos músculos de enfrentamento ganham força. A esperança realista, baseada nos potenciais e sucesso da pessoa, aumenta à medida que sua força de enfrentamento é usada e fica maior” (CLINEBELL, 2007, p.202); d)

<sup>11</sup> Há um texto bíblico em que Paulo diz algo semelhante: “nos gloriamos nas tribulações; sabendo que a tribulação produz a perseverança, e a perseverança a experiência, e a experiência a esperança” (Romanos 5.3-4).

---

encorajar a pessoa a conhecer outras que passam por crises semelhantes, a fim de dar e receber ajuda; ajudar a pessoa a fazer parte de um grupo permanente de apoio e missão (igreja, grupo religioso, AA, grupo de pessoas enlutadas, grupo de ex-combatentes etc); e) ajudar a pessoa a reconhecer o crescimento na medida em que ele ocorre por meio do enfrentamento construtivo; f) encorajar, depois do arrefecimento da fase aguda da crise, o aconselhando a refletir sobre a experiência de crise e aprender com ela; g) ajudar a pessoa a situar a crise no contexto de sua fé e, assim, levá-la a um amadurecimento espiritual.

Em suma, a ação espiritual e religiosa do capelão é essencial para ajudar nos momentos de estresse do militar, uma vez que os símbolos e a mensagem religiosa transcendem a situação dada e pode ajudar o militar a ressignificar os momentos ruins e/ou estressantes vividos nas operações. Os elementos bíblico-teológicos e a oração poderão produzir cura, motivação e resiliência no militar que está sendo aconselhado. Com efeito, o capelão, no desempenho de seu ofício, tem o dever de fazer

uso de elementos da fé que auxiliam os militares no processo de enfrentamento de crises.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **A religião na caserna: o papel do capelão militar.** Dissertação de mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2006.

BASHAM, K. Homecoming as safe haven or the new front: attachment and detachment in military couples. **Clinical Social Work Journal**, 36, 83-96, 2008.

BÓIA, A. F. D. **O impacto das missões internacionais na dinâmica dos casais militares portugueses: um estudo exploratório.** Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014.

BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. **Estatuto dos Militares.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6880.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm). Acesso em: 31/08/2021.

BRASIL. Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981. Dispõe sobre o

---

**Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16923.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16923.htm). Acesso em: 31/08/2021.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha EB-20-MF-10.101 O Exército Brasileiro.** 1 ed., 2014.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha EB-20-MF-10.103 Operações.** 4 ed., 2014b.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha EB-70-MC-10.240 A Assistência Religiosa nas Operações,** 1.ed., Boletim nº 50, 14 dez 2018.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha Logística Militar Terrestre EB-70-MC-10.238.** 1ª ed., 2018b.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Serviço de Assistência Religiosa.** Disponível em: [www.eb.mil.br/sarex](http://www.eb.mil.br/sarex). Acesso em 26/05/2021.

BRASIL. Exército Brasileiro. **C 95-1: Operações de Manutenção da Paz.** 2.ed. Brasília, 1998.

BRASIL, Ministério da Defesa. MD34-M-02: **Manual de Operações de Paz.** 3. ed. Brasília, 2013.

CARVALHO LIMA, R. O capelão militar nas operações de Garantia da Lei e da Ordem. **Revista Doutrina Militar.** v.1. n. 27. Brasília – DF: Gráfica do Exército, 2001.

CLINEBELL, H. J. **Aconselhamento pastoral:** modelo centrado em libertação e crescimento. Trad. Walter O. Schlupp e Luís Marcos Sander. 4.ed. São Leopoldo: Sinodal, São Paulo: Paulinas, 2007.

COOK, B.; MITCHELL, W. **Occupational health effects for firefighters:** the extent and implications of physical and psychological injuries. Newcastle, Australia: Centre of Full Employment and Equity, 2013.

EAGLE, B. W.; MILES, E. W.; ICENOGLE, M. L. Interrole conflicts and the permeability of work and family domains: are there gender differences? **Journal of Vocational Behavior,** 50: 168-184, 1997.

---

FIGUEIRA, I.; MENDLOWICZ, M. Diagnóstico do transtorno de estresse pós-traumático. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 25, p. 12-16, 2003.

FRIESEN, A. **Cuidando do ser:** treinamento em aconselhamento pastoral. 3.ed. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2012.

GATES, M. A. et al. Posttraumatic stress disorder in veterans and military personnel: Epidemiology, screening, and case recognition. **Psychological Services**, 9(4), 361-382.2012.

GREENHAUS, J. H.; BEUTELL, N. J. Sources of conflict between work and family roles. **Academy of Management Review**, 10(1): 76-88, 1985.

HALL, L. K. **Counseling military families:** what mental health professionals need to know. New York, NY US: Routledge/Taylor & Francis Group, 2008.

HEIDER, F. **The psychology of interpersonal relations.** Nova York: John Wiley & Sons, 1958.

HOCH, L. C. **Aconselhamento por telefone:** oportunidades e limites. Texto avulso. Palestra realizada no Serviço Interconfessional de Aconselhamento em Porto Alegre, 1999.

HOURANI L. L. et al. Influence of spirituality on depression, Post-traumatic Stress Disorder, and suicidality in active duty military personnel. **Depression Research and Treatment**, abril 2012. Disponível em: <https://www.hindawi.com/journals/drt/2012/425463>. Acesso em: 26/05/2021.

JOSEPH, A. L.; AFIFI, T. D. Military wives stressful disclosure to their deployed husbands: the role of protective buffering. **Journal of Applied Communication Research**, 38, 412-434, 2010.

KARNEY, B. R.; CROWN, J. S. Does deployment keep military marriages together or break them apart? Evidence from Afghanistan and Iraq. In S. Wadsworth, D. Riggs (Eds.), **Risk and resilience in U.S. military families**, pp. 23-45. New York, NY US: Springer Science Business Media, 2011.

- KENNEDY, H. C.; ZILLMER, A. E. **Psicologia Militar**. Ed. Biblioteca do Exército. 2009.
- MANSFIELD, A. J et al. Deployment and the use of mental health services among U.S. Army wives. **The New England Journal of Medicine**, 362(2), 101–109, 2010.
- NETEMEYER, R. G.; BOLES, J. S.; MCMURRIAN, R. Development and validation of work-family conflict and family-work conflict scales. **Journal of Applied Psychology** 81(4): 400-410, 1996.
- NYE, Joseph S. **Power in a global information age**. Routledge: London and New York, 2004.
- PALEY, B.; LESTER, P.; MOGIL, C. Family systems and ecological perspectives on the impact of deployment on military families. **Clinical Child & Family Psychology Review**, 16, 245-265. Doi: 10.1007/s10567-013-0138-y, 2013.
- PARET, P. **Construtores da estratégia moderna**, tomo 2, participação de Gordon A. Craig e Felix Gilbert, trad. por Joubert de Oliveira Brízida (Biblioteca do Exército, 2016).
- PINCUS, S.; HOUSE, R.; CHRISTENSON, J.; ALDER, L. **The emotional cycle of deployment: a military family perspective**, 2001. Disponível em: <http://mo4h.missouri.edu/programs/military/resources/manual/Deployment-Cycles.pdf>. Acesso em: 18/09/21.
- QUINTELA FILHO, C. B. **Fatores relacionados ao suicídio no Exército Brasileiro: medidas preventivas**. Artigo Científico (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2008.
- RAPOSO, H. M. H. **A distância e o conflito trabalho-família na Força Especial de Bombeiros: a motivação como moderadora**. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2015.
- SALAZAR, K. A.; SILVA, A. R. L.; FANTINEL, L. D. As relações simbólicas e a motivação no trabalho voluntário. **Revista de Administração Mackenzie**, 16(3), 171-200, 2015.
- SANTOS, M. A. M. **Manual de**

---

**instrução do capelão escolar.** São Paulo: Rádio Trans Mundial, 2008.

SCHNEIDER-HARPPRECHT, C.; STRECK, V. S. Aconselhamento pastoral da família: uma proposta sistêmica. **Revista Estudos Teológicos**, 34 (2), 184-198, 1999.

SHEPPARD, S.; Malatras, J.; Israel, A. The impact of deployment on U. S. military families. **American Psychologist**, 65, 599-609, 2010.

TILLICH, P. **A coragem de ser:** baseado nas conferências Terry pronunciadas na Yale University. Trad. Egle Malheiros. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (a)1992. 146 p.

TILLICH, P. **Teologia sistemática:** três volumes em um. Trad. Getúlio Bertelli, Geraldo Korndorfer. 5. ed. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2005.

TILLICH, P. **Teologia da cultura.** São Paulo: Fonte Editorial, 2009.

VAN BREDA, A.D. **Emotional cycles of deployment**

**in the South African naval family.** Collection of unpublished research reports and papers. Simonstown, South Africa: South African Military Health Service, Institute for Maritime Medicine, Social Work Department, 1996. Disponível em: [http://www.vanbreda.org/adrian/pubs/emotional\\_cycles\\_of\\_deployment.pdf](http://www.vanbreda.org/adrian/pubs/emotional_cycles_of_deployment.pdf). Acesso em: 23/08/2021.

VIEIRA, C.; VIEIRA, I.; RAPOSO, L. Os efeitos da distância à residência familiar na procura e no desempenho acadêmico dos estudantes do ensino superior. In: C. Rego and T. Dentinho (eds.), **20th APDR Conference Proceedings, Renaissance of the Regions of Southern Europe**, Évora, pp. 331-341. 2014.